

DIREITO E INTELIGÊNCIA: A REVELAÇÃO DOS OPOSTOS

Por Jean Daspry*



Imagem meramente ilustrativa, gerada por inteligência artificial.

A inteligência, apesar da desconfiança histórica, é vital para a segurança, e seu desafio é antecipar ameaças, equilibrando tecnologias avançadas com a preservação das liberdades em um Estado de Direito democrático.

“A espionagem pode ser tolerável se for realizada por pessoas honestas, mas a necessária infâmia da pessoa pode fazer com que se julgue a infâmia da coisa.” A severidade do julgamento proferido pelo autor de *De l'esprit des lois*, publicado em Genebra em 1748, diz muito sobre o halo de suspeita que sempre cercou a função de inteligência. Montesquieu diz em voz alta o que muitos pensam em silêncio. Mesmo que as mentes evoluam, os preconceitos permanecem tenazes. Nada é certo. É necessário um trabalho contínuo de informação e educação para demonstrar o valor da função “conhecimento e antecipação” em um mundo onde a insegurança está aumentando de forma preocupante.

Elegância é a verdade dita com força e consistência para derrubar o muro da desconfiança alimentado pela onipotência da mídia e do politicamente correto. Para melhor compreender a dificuldade do exercício, é importante recordar alguns fatos óbvios, especificamente os objetivos atribuídos ao mundo da inteligência, um imperativo de procurar a segurança dos nossos concidadãos e dos sujeitos da lei, um imperativo de proteger as liberdades de todos.

INTELIGÊNCIA: UM IMPERATIVO DE SEGURANÇA

Para cumprir sua missão soberana de proteger a segurança do Estado e de seus cidadãos, a comunidade de inteligência passou, ao longo do tempo, do uso de dispositivos técnicos para o uso ilimitado de ferramentas resultantes da revolução tecnológica.

Se a espionagem (inteligência) é descrita como a segunda profissão mais antiga do mundo, é porque sua existência remonta aos primórdios dos tempos! É que ela não perdeu sua relevância ao longo dos séculos. Desde a sua criação, procurou aproveitar ao máximo cada manobra e estratégia para atingir seus objetivos, a coleta de informações. Além de aproveitar ao máximo a visão e a audição, o espião está interessado nos dispositivos existentes. Adaptação é a palavra-chave no registro do espião perfeito. No início da Idade Média, as ações diplomáticas também eram ações de inteligência que despertavam a desconfiança dos países que hospedavam os emissários!

A técnica está se tornando um elemento permanente no campo do que chamamos de espionagem. Conceito tomado em seu seguinte significado: ato de observar clandestinamente (algo ou alguém) em benefício de alguém. A comunidade de inteligência rapidamente percebeu o benefício de usar instrumentos que fornecessem assistência discreta e essencial na execução de sua missão de defender os interesses da nação. Ela tenta domesticá-los. Com o tempo, os profissionais de inteligência tomam consciência dos benefícios que podem obter com o uso adequado de inovações técnicas em sua busca por conhecimento e compreensão para melhor antecipar o futuro.

No século XXI, a revolução tecnológica e a era digital constituem um imenso desafio que a comunidade de inteligência deve enfrentar. Ela não pode permanecer alheia a este *tsunami*, a este “Velho Oeste” digital desta “Guerra Fria 2.0”. Ela deve se adaptar a isso, caso contrário a função estratégica de “conhecimento e antecipação” se tornará obsoleta. A proteção da segurança (interna e externa) está no centro das preocupações das nossas duas principais direções-gerais: DGSI e DGSE¹. Para tal, são aumentados os recursos humanos e técnicos que lhes são disponibilizados. Por mais necessária que seja, essa abordagem é suficiente para enfrentar os desafios que eles enfrentam?

Os meios tecnológicos aumentam a coleta de informações e complicam sua análise. As redes sociais são o alfa e o ômega da vida social, mas especialmente das notícias falsas. Eles têm o poder de destruir os princípios aos quais estamos visceralmente apegados. Não é possível enfatizar o suficiente: a inteligência artificial (agora “generativa”) está penetrando o mundo, ajudando a revolucioná-lo em todas as suas dimensões. Estamos caminhando em direção a uma “IA forte”? Isso fortalecerá nossa estabilidade e segurança à medida em que novas descobertas tecnológicas forem feitas? Nada é menos certo.

Mas não podemos ignorar esta questão importante. Encarregados de garantir a nossa segurança frente às crescentes ameaças (terrorismo, tráfico de drogas,

¹ Agências de inteligência francesas. DGSI: Direção-Geral da Segurança Interna; e DGSE: Direção-Geral de Segurança Externa. O autor é francês.

brutalização da sociedade nacional e internacional, etc.), não ficarão os Serviços tentados, por uma questão de eficiência e sob pressão amigável dos decisores políticos, a tomar algumas liberdades com as exigências de um verdadeiro Estado de Direito? A tentação é forte, principalmente porque as áreas cinzentas são cada vez mais numerosas.

Mas a demarcação entre as necessidades da razão estatal e os erros da irracionalidade estatal evolui ao longo do tempo e do espaço. A melhor salvaguarda imaginada há muito tempo é a existência de um Estado de direito vinculativo para os políticos e a comunidade de inteligência.

DIREITO: UM IMPERATIVO DA LIBERDADE

Hoje, os riscos inerentes ao uso ilimitado das novas tecnologias – conceito entendido de forma ampla – devem levar a comunidade de inteligência a questionar continuamente a compatibilidade/complementaridade entre segurança e liberdade em um Estado de Direito.

Com uma certa perspectiva, algumas mentes sábias, apegadas ao respeito pela democracia e pelo Estado de Direito, preocupam-se com as consequências deste *tsunami* tecnológico para o futuro das nossas sociedades, a proteção das liberdades públicas em uma sociedade de vigilância. O problema é perfeitamente resumido por um membro da Comissão Consultiva Nacional de Direitos Humanos que escreve: “A retórica entusiasmada e confiante da inteligência artificial a serviço da segurança pública, amplamente focada no desempenho da máquina e no controle por um agente humano, é definitivamente suficiente para frustrar a inteligência humana e nossas liberdades.”

Edgar Morin² também alerta para os riscos inerentes a essa revolução tecnológica: “*Em todos os lugares, a democracia está na defensiva e os perigos de uma sociedade de vigilância e submissão através do controle digital de cada indivíduo, seus escritos, ações e gestos estão emergindo.*” Podemos imaginar um tipo de ética da inteligência? Caso contrário, não estaríamos longe da sociedade de vigilância em massa imaginada por George Orwell em seu romance de ficção 1984.

Recordemos as revelações do cientista da computação Edward Snowden sobre certas atividades da NSA! A comunidade de inteligência terá que caminhar em uma linha tênue entre proteger os cidadãos e proteger suas liberdades fundamentais. Este é um assunto que deve ser acompanhado de perto, pois esta revolução inevitável afeta o futuro da mesma forma que a eletricidade, o automóvel e até mesmo a internet.

Na política, as reformas necessárias não são as de posturas, mas as de projetos. Alguns especialistas dizem que a comunidade de inteligência está “*em ordem de batalha*”. Douglas MacArthur nos lembra que “*batalhas perdidas podem ser resumidas em duas palavras: tarde demais*”. Somos nós/Seremos nós capazes de derrotar o “autoritarismo digital”, o “apocalipse digital”? Seremos capazes de controlá-lo, de dominá-lo? É um verdadeiro desafio político. Não há o risco de a

² Edgar Morin, pseudônimo de Edgar Nahoum, é antropólogo, sociólogo e filósofo francês judeu de origem sefardita. É formado em Direito, História e Geografia, e realizou estudos em Filosofia, Sociologia e Epistemologia.

democracia ser diluída pelo surgimento desenfreado dessas novas tecnologias? É um verdadeiro desafio jurídico. Cabe ao poder legislativo adotar todas as medidas cabíveis para embarcar no trem da modernidade sem sacrificar nossas liberdades públicas no altar da segurança nacional.

Cabe à autoridade judicial – tribunais judiciais e administrativos – regularmente chamada pelas associações de direitos humanos a decidir em consciência e justiça, de modo a não sacrificar nem a nossa segurança nem as nossas liberdades fundamentais. Não há necessidade de questionar o Estado de Direito. O essencial não reside em restaurar a confiança tantas vezes perdida entre os cidadãos e seus representantes políticos (derivada do sufrágio universal) e os juízes (que fazem justiça em nome do povo francês)?

O assunto exige uma reflexão profunda, fora do burburinho midiático, permitindo-nos abraçar o futuro com serenidade. Todas as forças políticas devem agir para preservar nossas liberdades. Como bem salienta o antigo presidente do Conselho Constitucional: *“O Estado de Direito só é válido se o Estado de Direito for respeitado.”* Agora é essencial fazer as perguntas certas e fornecer as respostas certas no momento certo.

QUADRATURA DA REDE

A contradição é a raiz de todo movimento e de toda vitalidade (Friedrich Hegel). Em nossa sociedade de espetáculo e *reality shows*, trazer à tona a verdade dos fatos nunca é um rio longo e calmo. E isso é ainda mais verdadeiro quando se trata de demonstrar a utilidade da inteligência para o bem comum. Fazer com que os imperativos do futuro prevaleçam sobre as demandas do presente é muitas vezes uma missão impossível em um mundo saturado de ruído, postura e imediatismo!

Como aponta um ex-diretor da Segurança Interna, quando a situação está calma, os Serviços são ridicularizados por sua inutilidade, seu custo exorbitante; quando chegam os ventos fortes, as mesmas pessoas são ridicularizadas por sua ineficácia, sua falta de audácia. *“A luta contra a barbárie se renova a cada geração, mas deve ser adaptada aos meios da época”* (Giuliano da Empoli³). Não poderia haver melhor maneira de resumir o problema da inteligência em um Estado de Direito digno desse nome! Em última análise, estudar a relação simbiótica que existe, quer queiramos ou não, entre lei e inteligência leva a destacar a revelação dos opostos.

Publicado no [Cf2R](#).

**Jean Daspry é o pseudônimo de um alto funcionário público francês, doutor em ciência política.*

³ Nascido em Paris em 1973, Giuliano da Empoli dirige o think tank “Volta”, com sede em Milão. Ex-aluno da escola Sciences-Po de Paris, foi secretário de Cultura de Florença e conselheiro político de Matteo Renzi (ex-primeiro-ministro italiano).